



HISTÓRIA E MEMÓRIA LOCAL

Seminário Temático: Cidadania, Religião e Comunidade

Práticas judiciárias e normatividade em contexto urbano e rural - Norte de Portugal, décadas de 40 a 70

O problema da criminalidade constitui, desde os anos 80 do século XX, um tema capital na historiografia contemporânea portuguesa pela sua relevância no campo dos mecanismos de controlo social das populações (Vaquinhas, 1990, Moutinho, 1999 e Vaz, 1998).

O liberalismo e a difusão dos ideais iluministas enformaram a legislação penal portuguesa que regista um incremento assinalado no quadro de Regeneração, momento de viragem e de consolidação do ideário liberal, em particular no que concerne às estruturas criminais e judiciárias portuguesas (Marques, 2007). Em unísono com os mais representativos movimentos europeus de debate sobre a criminalidade e respectivos sistemas penais e penitenciários, é promulgado o Código Penal Português, de 1852, revisto em 1886 e que se irá manter durante grande parte do século XX, não obstante as profundas mudanças ideológicas e políticas que atravessam este período.

A apropriação dos ideais e estruturas normativas republicanas sobre a criminalidade no contexto da Ditadura Militar e do Estado Novo repercute-se na instauração de um novo modelo penal sujeito a uma nova filosofia sobre a penalidade. Na construção da “nova sociedade”, da qual faz parte integrante o universo criminal, o regime autoritário português apoia-se no Código de Processo Penal de 1929, de orientação marcadamente mais rígida, coadjuvado, subsequentemente, por reformas profundas

no sistema penitenciário (apontem-se entre os diplomas matriciais, a Constituição de 1933, Título V – Dos tribunais e a Reforma Penitenciária e de Execução de Penas de 1936). A implementação destas disposições legislativas é acompanhada por um desígnio de normalização crescente dos procedimentos judiciais e das formas de actuação/intervenção dos actores da justiça ao território nacional, objecto de problematização nuclear no âmbito desta sessão/ painel.

Comunicações

“Práticas judiciais e criminalidade em Braga nas décadas de 40 e 50”¹ –

Isabel Martins

“Percepções sobre a criminalidade e a violência a partir do estudo de uma comunidade do nordeste transmontano – Bemposta anos 50 a 70.”² –

Cecília Sales

As comunicações que se apresentam inserem-se em projectos de teses de mestrado particulares em fase de conclusão, mas que partilham um subtema comum, relacionado com o controlo da criminalidade e as práticas judiciais em duas áreas do norte português, o concelho de Braga e o concelho de Mogadouro/freguesia de Bemposta. A seu modo, constituem um bom ponto de partida para a problematização do tema mais vasto que atravessa o Seminário deste ano de Vila das Aves, relacionado com a delimitação urbano e rural.

Os Arquivos judiciais locais e as estatísticas judiciais nacionais constituem o fulcro empírico e reflexivo das intervenções presentes.

“Práticas judiciais e criminalidade em Braga nas décadas de 40 e 50” pretende constituir uma ilustração sobre o comportamento criminal numa cidade que apresenta manifestas características rurais, entre a década de 40 e os finais dos anos 50, visando identificar espaços, actores e delitos mais comuns no período em análise. Em paralelo à quantificação e configuração do fenómeno da criminalidade, pretende-se reflectir sobre as práticas de normalização do registo das acusações e dos

¹ A intervenção é parte integrante do projecto de tese de mestrado “Braga: Crime e criminalidade de 1940 a 1959”/ Universidade do Minho, que se encontra em fase de conclusão.

² A intervenção é parte integrante do projecto de tese de mestrado “O impacto da construção das barragens hidroeléctricas do Douro Internacional na população rural do Nordeste Transmontano: o caso de Bemposta”/ Universidade do Minho, que se encontra em fase de conclusão.

testemunhos judiciais no intuito de os uniformizar segundo os cânones judiciais e os valores sociopolíticos consagrados.

Com a intervenção “**Percepções sobre a criminalidade e a violência a partir do estudo de uma comunidade do nordeste transmontano – Bemposta anos 50 a 70.**” procura-se reflectir sobre as percepções da violência e da criminalidade oferecidas pelos testemunhos orais de uma comunidade rural do nordeste transmontano confrontando-os com os indicadores quantitativos da criminalidade formalizada, entre os anos 50 e 70 (1953-1970). O factor despoletador da mudança das dinâmicas sociais da comunidade radica no projecto de electrificação do Douro internacional, correlato ao impulso de modernização que o país atravessa na década de 60, que no caso em estudo se concretiza no processo de construção e da abertura da barragem de Bemposta (1958-1964). Como teremos oportunidade de evidenciar, os sinais de modernização afiguram-se diferenciados: as aspirações de progresso económico, tecnológico e social não são acompanhadas por mudanças análogas no universo das práticas judiciais, uma vez que caminham distantes das sugeridas pelo desígnio de normalização judicial perseguido.

Bibliografia sumária de referência:

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto. (2003) *A reforma da justiça criminal em Portugal e na Europa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

ALMEIDA, Pedro Tavares de e MARQUES, Tiago Pires coords. *Lei e ordem: justiça penal, criminalidade e polícia: (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

ANICA, Aurízia. *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de Oitocentos*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005.

CUNHA, Luís. *Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

FATELA, João. *O sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência Portugal (1926- 1946)*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia. O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

MOUTINHO, Maria José. *Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do séc. XIX: apontamentos para um estudo*, Separata da Revista de História, vol. 11, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1991

MOUTINHO, Maria José. *A sombra e a luz: as prisões do liberalismo*, Porto, Afrontamento, 1999.

VAQUINHAS, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, 2 vols, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990.

VAQUINHAS, Irene. *Entre gente sem ‘qualidade’: os Processos Judiciais e a História*. Actas do ciclo de conferências Archivum et Jus. Universidade de Coimbra, 2005.

VAZ, Maria João. *Crime e Sociedade – Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998.